

CATHERINE MILLET  
RESUMO



## Conferência: *As ideias antiquadas do #MeToo*

Por Luciana Thomé

### Os excessos do #MeToo e a utopia do novo homem

Crítica de arte e escritora, Catherine Millet é fundadora e editora da *Art Press*, uma das mais influentes revistas de arte francesas. Mundialmente reconhecida por seu *best-seller A vida sexual de Catherine M.*, apareceu na mídia no início deste ano ao ser uma das coautoras de um manifesto, publicado no jornal *Le Monde*, em oposição ao movimento feminista #MeToo. Defendendo pontos polêmicos e controversos dessa discussão, em sua conferência no *Fronteiras do Pensamento* Porto Alegre ela partiu de sua experiência pessoal para falar sobre a repercussão do editorial assinado por cem personalidades francesas, criticar o que considera como alguns excessos do feminismo e abordar o que ela denominou como a militância dogmática despertada pelo movimento.

Millet iniciou abordando o papel das redes sociais, que poderiam equivaler, em nível mundial, ao fórum da Roma Antiga. Mas que, em alguns casos, como o do #MeToo, ilustram mais desvios e efeitos negativos. Este fator e o choque provocado pela publicação de dois artigos na imprensa francesa motivaram a escritora (além de Sarah Chiche, Abnousse Shalmani, Peggy Sastre, Catherine Robbe-Grillet) a escrever o manifesto. O primeiro dos artigos, publicado no *Libération*, tratava do caso do coreógrafo Daniel Dobbels, acusado por um grupo de bailarinas de ter feito comentários sexistas cerca de dez anos antes. Mesmo depois da retirada da queixa, Dobbels teve um espetáculo cancelado e demitiu-se da Escolas de Belas Artes, onde lecionava. O segundo artigo foi um destaque, que a escritora definiu como desproporcional, à campanha do #MeToo na capa do *Le Monde*, um dia após um atentado que vitimou 300 pessoas no Egito. “A imprensa francesa e, principalmente, esses dois jornais que eu mencionei deram uma importância enorme a este fenômeno. E, muitas vezes, constatei que os jornais ficam satisfeitos em utilizar o que já é dito nas mídias sociais. Repetindo, assim, o que encontram nas redes, e dando muita voz às acusadoras sem ouvir – salvo raras exceções – os acusados. E raramente conduzindo suas próprias investigações, o que é normalmente o trabalho dos

Apresentação



Patrocínio



Parceria Cultural



Parceria Institucional



Empresas Parceiras



Apoio Institucional



Universidade Parceira



Promoção





jornalistas. Mas é fato que, nesse tipo de assunto, chegar à verdade é especialmente difícil. Os próprios juristas reconhecem que é complexo julgar processos de estupro porque, muitas vezes, isso se resume a um caso de ‘a palavra de uma pessoa contra a palavra de outra pessoa’. Então, essa superexposição midiática é extremamente perigosa.”

Millet destacou que os dois exemplos mostram julgamentos precipitados e apressados em praça pública, num tipo de superexposição midiática que foi trabalhada pela ensaísta e jornalista francesa Laetitia Strauch-Bonart (autora de *Os homens são obsoletos?*) a partir do conceito de “viés de disponibilidade”. “Muitos casos de violência são denunciados e revelados, mas, às vezes, é apenas um gesto equivocado de um homem com relação a uma mulher. Às vezes, as coisas são desproporcionais na maneira como são veiculadas. E Laetitia Strauch-Bonart também destaca um outro fato, que é o seguinte: não apenas as mulheres sofrem esse fenômeno de desclassificação social. Muitas vezes, os homens vivenciam isso. Ela utiliza como exemplo o fato de a força física não ter mais tanta importância na nossa sociedade, principalmente no mundo do trabalho. E o atraso dos meninos com relação às meninas nas escolas. As meninas vão bem melhor e, já há muitas décadas, o controle de ter ou não filhos é totalmente da mulher. Então, ganha força a ideia de que deveríamos reequilibrar a nossa visão das dificuldades vividas pelos homens e das dificuldades vividas pelas mulheres em nossas sociedades.”

Citando um livro seu recentemente publicado sobre a vida de David Herbert Lawrence, autor de *O amante de Lady Chatterley* – romance que aborda a perda da força dos homens no século XX e a emancipação sexual das mulheres –, Millet defendeu que a superexposição midiática esconde ou relativiza outros problemas e outros dramas que também são importantes. “É impressionante também pensar no vocabulário utilizado pelo movimento #MeToo, que é bem específico. Principalmente na França. Porque a versão francesa do movimento se chama #BalanceTonPorc. Pode ter um significado bem sério, bem grave. A filósofa Élisabeth Badinter destacou como isso pode soar muito mal aos ouvidos de certas pessoas. O verbo ‘balance’ pode significar ‘denunciar’. Foi um termo tomado por criminosos ou condenados, mas é um termo que foi muito utilizado na Segunda Guerra pelos nazistas. Se falava em ‘denunciar’ os judeus, e para denunciar o verbo utilizado era este verbo precisamente, ‘balance’. E o outro termo, ‘porc’, ou porco em português, é utilizado desde a Idade Média, passando pelos nazistas até os neonazis da atualidade, para se referir a judeus. Então, essas palavras possuem

Apresentação



Patrocínio



Parceria Cultural



Parceria Institucional



Empresas Parceiras



Apoio Institucional



Universidade Parceira



Promoção





uma história ou um histórico. E não podemos escolher utilizá-las ignorando toda a história por trás desses termos.”

A escritora contou o caso de Sandra Muller, criadora do #BalanceTonPorc, que expôs publicamente um jornalista que lhe fez comentários sexuais durante um *happy hour* e que argumentou que a agressão – seja verbal ou física – possui o mesmo impacto psicológico. Millet discorda dessa afirmação, e citou Élisabeth Badinter para resumir seu ponto de vista: “Tentar censurar a violência verbal, associando-a à violência física, é um equívoco. Diga o que quiser, mas o dano causado pelas palavras é de um outro tipo do que o dano causado por um tapa, um soco ou um golpe. Essa é uma arma que está à disposição dos dois sexos, o que pode às vezes evitar de se recorrer à violência física”.

“Se eu entendi bem o que Sandra Muller quer dizer, parece-me impossível julgar o impacto psicológico de uma agressão verbal. Ela reconhece isso. Mas ela decidiu não levar o seu caso a um tribunal, porque é difícil de ser julgado, e por isso ela preferiu expor o seu agressor ao ‘tribunal da praça pública’, que são as redes sociais. E esse tribunal fez o seu trabalho de linchamento simbólico. O jornalista que sofreu as acusações teve muitos problemas. E é claro que Sandra Muller não confia no que chamamos de estado de direito. Mas o seu agressor, sim. E ele decidiu abrir um processo contra ela por difamação.”

Um caso como esse que, nas palavras de Badinter, acontece “na fronteira entre o objetivo e o subjetivo, entre o real e o imaginário”, e é complexo. Segundo Millet, é nesse cenário que se instaura a “ditadura do ressentimento”. “Cada um ou cada uma gostaria que regulamentássemos a sociedade hoje em dia em função de sua percepção subjetiva das coisas. E o fato real é que esse privilégio, hoje, é dado pelo movimento #MeToo às vítimas. Para retomar o argumento de Élisabeth Badinter, afirmo que isso torna muito difícil apreciar ou analisar as coisas do ponto de vista do direito, da lei.”

A escritora declarou não ter certeza sobre a necessidade de a mídia dar tanto destaque a casos como esse ou – um outro exemplo – à denúncia de assédio contra o escritor Elie Wiesel, quase 30 anos depois do fato e quando ele já era falecido, por uma mulher que argumentou sofrer de trauma extremo e depressão suicida durante anos por conta do ocorrido. “Eu admito que, talvez, uma jovem especialmente ingênua e pudica tenha tido tal reação. Mas daí, em

Apresentação



Patrocínio



Parceria Cultural



Parceria Institucional



Empresas Parceiras



Apoio Institucional



Universidade Parceira



Promoção





contrapartida, eu também espero que se aceite que um grande número de outras pessoas, no qual eu me incluo e no qual incluímos também jovens mulheres, pode achar esta história completamente ridícula. Então, será que os jornais deveriam dedicar tanta importância a esse testemunho? Eu não tenho certeza. Eu, é claro, escolhi um exemplo que vocês já conhecem e que é um exemplo extremo, que está no limite do absurdo e do ridículo. Mas é a partir de exemplos quase tão caricatos quanto esse que algumas pessoas buscam no melhor dos casos ter leis mais duras com relação a abuso sexual e, nos piores dos casos, passar por cima da justiça, que eles acham que é deficiente, fazendo justiça com as próprias mãos, utilizando as redes sociais e mesmo a imprensa.”

Este, para Millet, é um dos riscos à democracia, pois, sem passar pela lei, os hábitos se transformam e se instalam sob o efeito de intimidação desses movimentos, que são iniciados nas redes sociais e replicados pela imprensa. “A conclusão é que não estamos mais numa situação de estado de direito, que garante as boas relações em uma sociedade impondo a mesma lei a todos os indivíduos. Mas, sim, em uma situação oposta, onde é o ressentimento de alguns indivíduos que acaba regulamentando o comportamento de todos os outros. Nós vimos isso, confirmamos esses fenômenos quando publicamos o nosso editorial. Falava-se supostamente da liberdade de opinião das mulheres. Nós também tínhamos uma opinião, mas era uma opinião diferente. Uma opinião diferente do movimento #MeToo. E nos pediram para ficar caladas. Nós não tivemos a chance de dizer #NotMe.”

Num ambiente onde, cada vez mais, existe censura e autocensura, a convicção de Millet é a de que há um número grande de mulheres que tenha alguns desacordos em relação ao movimento. Mas que essa visão oposta não foi tão midiaticizada quanto a outra. “Nós, as autoras do editorial, fomos muito repreendidas, por uma suposta falta de solidariedade com as mulheres vítimas de violências sexuais. A historiadora Michèle Perrot, por exemplo – que é muito respeitada e fala sobre a história das mulheres –, declarou ficar impressionada sobre a nossa inconsciência com relação à violência sofrida pelas mulheres. E eu respondi a ela: ela não pode saber o que nós sentimos diante de alguns testemunhos. Criticar as denúncias precipitadas, ou a justiça apressada nas redes sociais, ou esta mistura que se deu entre violências de vários tipos e gravidades diferentes, não é uma falta de consciência. Bem ao contrário: o trabalho do intelectual é o de discernir as diferenças. E não de manter essa mistura e essa confusão.”

Apresentação



Patrocínio



Parceria Cultural



Parceria Institucional



Empresas Parceiras



Apoio Institucional



Universidade Parceira



Promoção





A escritora também falou sobre o uso da palavra “sororidade”, um termo que significa a irmandade entre as mulheres, implicando semelhança e solidariedade. Mas que possui uma conotação religiosa, pois no latim medieval o termo “sororitas” designava as comunidades religiosas de mulheres. “Ainda falamos irmã ao tratar com uma mulher religiosa. Porém, hoje em dia, aqueles que utilizam com mais frequência essa palavra, e também o termo irmão, são os muçulmanos, que se consideram entre eles todos irmãos e irmãs dentro de uma grande religião. E eu recusei essa ideia de ser irmã de todas as mulheres. E tive a impressão de ser vista, por algumas delas, como uma infiel.”

Millet também discorda do uso do termo “danos colaterais” relacionado às ações do movimento. “Eu vou retomar algumas expressões que eu encontrei no fórum do *site* [balancetonporc.com](http://balancetonporc.com), e, no mesmo *site*, tem a seguinte citação, um comentário: ‘É claro que existem riscos de difamação ou riscos de suicídio pela parte dessa pessoa que é exposta tendo sido acusada de tantas ações horríveis. Mas eu continuo a favor do movimento porque os benefícios me parecem bem mais importantes do que os riscos’. Bem, uma mulher que se expressa assim de maneira tão livre deve reconhecer que está feliz por poder falar livremente sobre um assunto porque vive numa sociedade francesa do início do século 21, e não numa sociedade soviética do início do século 20, onde prevalecia, no entanto, uma lógica que ela toma para si. A lógica de que os fins justificam os meios.”

Relembrando casos de censura suscitados a partir do movimento, Millet citou pedidos de retiradas de obras de museus, manifestação que foi feita em frente ao edifício da Cinémathèque Française em Paris para evitar uma retrospectiva dos filmes de Roman Polanski, repúdio a uma mostra de Egon Schiele ou proibição da leitura da história da Bela Adormecida para crianças, sob o pretexto de que o príncipe não tinha pedido para a princesa a sua autorização antes de dar um beijo nos seus lábios. Ou, o que ela considera mais grave: a releitura de obras, filmes – como *Blow up* de Michelangelo Antonioni –, romances ou óperas a partir do que é “feministamente correto”. “Como crítica de arte, sei que toda a arte moderna e contemporânea trabalhou contra essa associação da arte e da moral. O intuito da arte não é a moral. É a verdade.”

Apresentação



Patrocínio



Parceria Cultural



Parceria Institucional



Empresas Parceiras



Apoio Institucional



Universidade Parceira



Promoção





Na última parte da conferência, Millet destacou que existe a necessidade de se falar sobre o comportamento sexual contemporâneo. E que é preciso reconhecer que muitas mulheres ainda são vítimas de estupro e dar-lhes a ajuda e o apoio necessários. Mas que também é preciso avaliar a dimensão e a proporção assumidas pelo #MeToo para além do fenômeno digital. “Eu acredito que esse movimento responde a um desejo utópico – a utopia de criar um novo homem. Na China de Mao Tsé-Tung, nós sabemos que existia essa ideia de criar um novo homem. E eu vejo que, hoje em dia, esta ideia é retomada de certa forma, de criar homens ideais, que sabem controlar os seus desejos, que nunca cedem aos seus impulsos, de homens que teriam sempre consciência de seu comportamento, que o comportamento grosseiro e brutal não aconteceria mais porque é resultado de uma energia libidinosa. Então, se controlaria a sexualidade humana sem considerar isso uma forma de violência ou de estupro.”

De acordo com ela, as ativistas do movimento #MeToo provavelmente ignoram a natureza humana e a teoria freudiana. Na França, por exemplo, os psicanalistas estão completamente ausentes dessa discussão. E, segundo ela, muitos exemplos na história mostram como os filósofos pagãos e a Igreja tentaram submeter as relações sexuais a uma razão, uma lógica, e à dominação do impulso. “As mulheres que se expressam nas redes sociais e nos inúmeros artigos em jornais e revistas femininas – que dizem que as mulheres não querem mais saber de homens que não sejam perfeitamente controlados –, eu acho que todas elas sonham com esse conceito de casamento atenuado. Para ter certeza de que cada um domine perfeitamente os seus impulsos, alguns países, principalmente a Suécia, buscam formas de adotar projetos de lei que legalizem tudo isso.”

Millet citou o caso da Suécia, onde o primeiro-ministro Stefan Löfven aconselhou prudência e onde foi aprovada uma lei que diz que toda relação sexual deve ser ilegal se não tiver um contrato regulamentado ou um consentimento explícito. O filósofo esloveno Slavoj Žižek escreveu um artigo sobre isso, imaginando com ironia e bom humor como seria o cancelamento de um contrato como esse, no momento do ato sexual, em que contratado ou contratante ficasse frustrado. É possível legislar sobre incidentes dessa natureza?

“Esta é a minha conclusão. É melhor que essa cena hipotética e imaginada pelo filósofo Žižek fique no campo da ficção. Porque uma lei que se introduz no campo da intimidade dos cidadãos é uma lei que pertence a um estado totalitário”, finalizou.

Apresentação



Patrocínio



Parceria Cultural



Parceria Institucional



Empresas Parceiras



Apoio Institucional



Universidade Parceira



Promoção

